



AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS
COORDENADORIA DE INQUÉRITOS – COINQ/SEGER/DICOL
INQUÉRITO ADMINISTRATIVO Nº33902.902192/2014-90
MASTER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA
ODONTOLÓGICA LTDA.
CNPJ Nº 00.909.660/0001-90

RELATÓRIO DE CONCLUSÃO

I - DO HISTÓRICO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Cuida-se de inquérito administrativo instaurado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para apurar as causas que levaram à situação de insolvência a ex-operadora **MASTER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.909.660/0001-90 e registrada na ANS sob o nº 357014. Outrossim, verificar-se-á a responsabilidade daqueles que administraram a ex-operadora nos últimos cinco anos que antecederam à Liquidação Extrajudicial, a qual ocorreu por intermédio da Resolução Operacional – RO nº 1736, de 5 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 8 de dezembro de 2014 (fls. 163). Fundamentam-se tais análises no artigo 24-D da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, combinado com o artigo 43 da Lei 6.024, de 13 de março de 1974 e a Resolução Normativa nº 276 de 04 de novembro de 2011.

O presente inquérito administrativo foi instaurado em resposta ao Despacho nº 38/2014/COINQ/SEGER/DICOL/ANS (fls. 03), de 16 de dezembro de 2014, em atendimento ao procedimento adotado pela Resolução Normativa nº 276/2011, bem como pela Instrução de Serviço nº 1/2011 da SEGER.

Efetuados os trâmites iniciais para abertura dos trabalhos, o inquérito administrativo foi instruído com cópia de documentos extraídos do processo administrativo de Liquidação Extrajudicial (33902.891456/2014-72).

Através da Nota nº 10/2015/COINQ/SEGER/DICOL/ANS (fls. 154 a 156), foi elaborado o quadro societário da ex-operadora durante os 05 (cinco) anos que antecederam à decretação da sua Liquidação Extrajudicial.

Com base no documento supracitado, tentou-se notificar, acerca da existência do inquérito administrativo, os senhores Ronaldo Garcia da Rocha (CPF nº 014.515.287-10), e Weudes Soares de Vasconcelos (CPF n.º 014.658.896-71), ex-sócios da ex-operadora **MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA**. Contudo, as tentativas, seja por correspondência postal (fls. 157 a 160) ou pelo Diário Oficial da União, datado de 21 de julho de 2015 (fls. 161), restaram infrutíferas.

Ato contínuo, os autos foram encaminhados para elaboração de Relatório Preliminar, em 7 de abril de 2016 (fls. 523 a 529), o qual apurou a existência de Passivo

a Descoberto estimado, na data da Liquidação Extrajudicial, em R\$ 5.109.442,28 (cinco milhões cento e nove mil quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e oito centavos), tendo sido atualizado, em janeiro de 2016, para R\$ 5.428.080,80 (cinco milhões quatrocentos e vinte e oito mil e oitenta reais e oitenta centavos).

Considerando o Relatório Preliminar, foram intimados, para apresentar alegações finais, os já mencionados senhores Ronaldo Garcia da Rocha (CPF nº 014.515.287-10), e Weudes Soares de Vasconcelos (CPF n.º 014.658.896-71), por meio do Diário Oficial da União do dia 26 de abril de 2016 (fl. 530), tendo em vista encontrarem-se em local incerto e não sabido. Não obstante, até a presente data, os ex-sócios da ex-operadora não apresentaram nenhum documento a esta Coordenadoria de Inquéritos.

Destarte, tendo sido concluídas todas as etapas do nosso procedimento administrativo, os autos me vieram conclusos para confecção do Relatório de Conclusão do caso.

II - DO HISTÓRICO DA EX-OPERADORA

A MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA ora ex-operadora, foi constituída em 7 de novembro de 1995.

Preliminarmente, é importante ressaltar, que a ex-operadora não foi submetida ao Regime de Direção Fiscal, tendo sido decretado de pronto o regime de Liquidação Extrajudicial, em razão de irregularidades no registro da ex-operadora perante a ANS. Com efeito, conforme relatado na Nota nº 677/2014/GEHAR(COIEC)/GGAME/DIOPE/ANS, de 2 de abril de 2014 (fls.168 a 172), os documentos enviados pela MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA, para regularizar seu cadastro junto a ANS foram insuficientes, tendo sido enviados diversos ofícios, solicitando a remessa dos documentos necessários. Todavia, os mesmos não foram respondidos e, em diligência *in loco*, verificou-se que a ex-operadora não funcionava no endereço por ela indicado, em Minas Gerais. E, por outro giro, foi encontrada filial da referida sociedade, na cidade de Salvador/BA, onde havia comercialização de produtos. Deste modo, ante a situação de irregularidade da ex-operadora, que atuava à margem da regulação do setor,

recomendou a Nota, a alienação da carteira de beneficiários e a Liquidação Extrajudicial da MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA, o que fundamentou o Voto nº 993/2014/DIOPE/ANS, de 11 de novembro de 2014 (fl. 174), aprovado, por unanimidade, conforme Extrato de Ata da 410ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada, de 25 de novembro de 2014 (fl. 175).

Instaurada a Liquidação Extrajudicial, a Liquidante Extrajudicial, Sra. Edileuza Bastos de Oliveira, apresentou o relatório inicial, em 16 de dezembro de 2014 (fls. 177 a 183), informando que foi recebida, na filial de Salvador /BA, pelo Sr. Luiz Cláudio Lacerda Bacelar, sócio da empresa Med Qualy Serviços de Apoio Administrativos Ltda, que tinha como objetivo atender e captar clientes da MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA¹. A filial da ex-operadora funcionava no mesmo local da empresa Med Qualy, tendo o Sr. Luiz Cláudio ressaltado que não era sócio ou possuía participação na gestão da ex-operadora, e que havia um contrato de franquia celebrado com o sócio da ex-operadora, Sr. Ronaldo Garcia da Rocha (fls. 189 a 195).

Ato contínuo, o relatório de 30 dias, de 12 de janeiro de 2015 (fls. 208 a 218), aduz que não foi possível verificar, com exatidão, a quantidade de beneficiários da ex-operadora, pois a informação não foi dada pelo Sr. Luiz Cláudio Lacerda Bacelar, sócio da Med Qualy e, aparentemente, franqueado da ex-operadora. A Liquidante Extrajudicial informou, ainda, que havia 14 ações judiciais em face da ex-operadora, sendo algumas ajuizadas contra Med Life, nome fantasia da ex-operadora, e outras em face da MedServ, nome anterior da MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA, todas as demandas tramitavam no Tribunal de Justiça da Bahia. O passivo totalizava R\$ 4.982.048,13 (quatro milhões novecentos e oitenta e dois mil e quarenta e oito reais e treze centavos), somando os processos judiciais, dívidas com fornecedores e débitos junto a ANS.

O relatório final, de 21 de fevereiro de 2015 (fls. 241 a 259), informa que a MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA foi constituída em 7 de novembro de 1995 e foi registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia, em 10 de novembro de 1995, com o nome de Med-Serv Plano de Assistência Médica Ltda, não tendo ocorrido a modificação do nome para Master Pax, perante este órgão, somente perante a Junta Comercial de Minas

¹ O nome fantasia utilizado era Med Life.

Gerais. Ressaltou, também, a existência de empresa com nome semelhante, em Minas Gerais, denominada Master Pax Cobrança e Manutenção de Planos de Assistência Familiar Ltda, com o mesmo endereço da ex-operadora e que possuía uma sócia, Sra. Maria Luiza Pimentel Moretti, com o mesmo sobrenome de outras pessoas citadas por ex-funcionária da MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA. Com efeito, afirmou uma ex-funcionária da ex-operadora que os Srs. Edeval Silva Moretti e Bruno Silva Moretti seriam os verdadeiros donos da ex-operadora, como será abaixo detalhado, o que pode ensejar a configuração de um grupo econômico.

A Liquidante Extrajudicial, no relatório final, afirma, ainda, que dirigiu-se até Minas Gerais, para tentar localizar a ex-operadora, tendo encontrado uma ex-funcionária da MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA, Sra. Jacionete Teixeira Miranda de Souza, que trabalhou tanto na ex-operadora quanto na empresa Prev Truck – Associação de Proteção e Assistência Veicular, que a sucedeu no endereço de sua sede. A referida funcionária afirmou que os reais administradores da ex-operadora e da Prev Truck eram os Srs. Edeval Silva Moretti e Bruno Silva Moretti e que toda a documentação referente a ex-operadora havia sido destruída. Apurado o passivo da MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA, o valor total era de R\$ 5.109.442,28 (cinco milhões cento e nove mil quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e oito centavos), sendo composto por dívidas com a ANS, processo judiciais e dívidas tributárias. Assim, em razão do débito apurado, requereu autorização para pedir a falência da ex-operadora, o que foi, também, recomendado pela Nota nº 30/2015/COLIQ/GERE/GGRE/DIOPE/ANS, de 9 de março de 2015 (fls. 309 a 313).

Ato contínuo, o relatório mensal de 28 de fevereiro de 2015 (fls. 339 a 343), destacou que a ex-funcionária, Sra. Jacionete Teixeira Miranda, que, anteriormente, citou que os reais proprietários da ex-operadora eram os Sr. Edeval e Bruno Moretti, ajuizou reclamação trabalhista em face dos mesmos, perante a 2ª Vara do Trabalho de Contagem/MG, sob o número 0011524-7.2014.5.03.0030, o que confirmaria as informações já descritas acima. Ressalta-se, no entanto, que em consulta ao site do TRT da 3ª Região, verifica-se que a demanda foi arquivada, por ausência da Reclamante na audiência e a ex-operadora não foi Ré da reclamação trabalhista. Assim, não se pode afirmar que os Srs. Edeval e Bruno Moretti eram gestores da MATER PAX SAÚDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA, já que tampouco no polo passivo da demanda ela estava.

O relatório mensal de 31 de dezembro de 2015 (fls. 421 a 425), aduziu que, ante a impossibilidade de comunicar a rescisão unilateral dos contratos com os 1.738 beneficiários, pois não teve acesso aos banco de dados da ex-operadora, publicou em jornal de grande circulação e no Diário Oficial da União, o comunicado acerca da rescisão. O passivo da MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA totalizava, até o momento, R\$ 5.512.542,85 (cinco milhões quinhentos e doze mil quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos) e não havia ativo.

O Ofício nº 120/2016/LE/MASTER PAX, de 5 de abril de 2016 (fls. 532 a 534), aduziu que não foi possível comprovar a existência de vínculo entre a ex-operadora e a Master Pax Cobrança e Manutenção de Plano de Assistência Familiar Ltda, bem como com a Med Qvaly Serviços de Apoio Administrativo Ltda, para que pudesse configurar um grupo econômico. Neste mesmo diapasão, a Nota nº 26/2016/COLIQ/GEWRE/GGRE/DIOPE, de 13 de abril de 2016 (fls. 535 a 536), afirmou que não devia ser estendida a Liquidação Extrajudicial para as referidas sociedades empresárias, pois não havia indícios de confusão patrimonial ou desvio de recursos.

O Voto nº 188/206/DIOIPE/ANS, de 13 de abril de 2016 (fls. 537), determinou a concessão de autorização para a Liquidante Extrajudicial requerer o pedido de falência da MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA. No entanto, até o momento não foi ajuizada a ação de falência.

Este é o breve relato.

III - DA EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO DA EX-OPERADORA E DAS FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS EX-SÓCIOS DENTRO DA MESMA

Nos termos do artigo 24-D, da Lei n.º 9.656/98 combinado com artigo 43, da Lei n.º 6.024/74, o relatório final da Coordenadoria de Inquéritos deve relacionar as pessoas que administraram a MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA, nos últimos cinco anos que antecederam

sua Liquidação Extrajudicial, a qual ocorreu através da Resolução Operacional nº 1736, de 5 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 8 de dezembro de 2014 (fls. 163), razão pela qual devemos analisar todas as alterações societárias ocorridas a partir de dezembro de 2009, bem como o contrato social vigente naquele momento.

Em relação a este tópico, é desnecessária qualquer outra análise, eis que todas as informações estão contidas na Nota nº 10/2015/COINQ/SEGER/DICOL (fls. 154 a 156), que nos remetemos.

IV - DAS CAUSAS DE INSOLVÊNCIA E DOS INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES DA EX-OPERADORA

A análise dos documentos que instruem este inquérito administrativo aponta, de forma inequívoca, para um quadro de incúria administrativa, tendo em vista uma prática de gestão desorganizada, que, além de dificultar o trabalho de fiscalização, contribuiu de maneira significativa para a subsistência dos problemas financeiros, determinantes para insolvência da ex-operadora. Exemplificando-se:

- a) Não cumprimento dos requisitos previstos na RN nº 85/04, para o registro definitivo perante o ente regulador;
- b) Insuficiência das garantias financeiras e respectivos ativos garantidores;
- c) Atraso no envio de informações periódicas à ANS;
- d) Ausência de livros contábeis;
- e) Encerramento irregular de suas atividades no Estado de Minas Gerais;
- f) Inexistência de autorização da ANS para comercialização de produtos no Estado da Bahia;
- g) Existência de Passivo a Descoberto;

Inicialmente, cumpre observar, cumpre observar que a análise da situação contábil-financeira da MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA restou prejudicada, tendo em vista que o Liquidante Extrajudicial não teve acesso aos livros e demais documentos contábeis da

ex-operadora, o que viola os artigos 1.179 e seguintes do Código Civil, que versam sobre os livros obrigatórios das sociedades.

Cumpra-se observar, ainda, que não consta no Sistema de Informações Gerenciais – SIG da ANS, nenhum Balanço Patrimonial ou qualquer dado contábil da ex-operadora, razão pela qual, o Relatório Econômico-Financeiro (fls. 523 a 529) não conseguiu apurar as causas que levaram a insolvência da MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA, informando apenas o Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 5.428.080,80 (cinco milhões quatrocentos e vinte e oito mil e oitenta reais e oitenta centavos), conforme apurado pela Liquidante Extrajudicial.

Ademais, além da falta dos livros obrigatórios e da ausência de envio de dados contábeis, também não eram enviadas as informações periódicas à ANS, tais como o DIOPS, SIB e SIP, não tendo, nos bancos de dados do ente regulador, o número de beneficiários da ex-operadora. Deste modo, em razão do não envio das informações periódicas, temos a ocorrência da infração prevista no artigo 20 da Lei nº 9.656/98, que determina que as operadoras são obrigadas a fornecer à ANS todas as informações e estatísticas relacionadas com sua atividade.

Além do não fornecimento das informações periódicas de maneira correta, a ex-operadora também não possuía ativos garantidores e patrimônio mínimo líquido em montante suficiente, para cumprir o determinado na Resolução Normativa nº 209/09. Assim como, também não cumpriu as determinações da RN nº 85/04, para efetuar seu registro definitivo perante a ANS, razão pela qual foi instaurado o regime especial de Liquidação Extrajudicial.

Como se não bastasse tanto, a ex-operadora encerrou as atividades no Estado de Minas Gerais de modo irregular, infringindo o artigo 8º, §3º da Lei nº 9656/98, que dispõe sobre a forma de encerramento da operadora, devendo a mesma cumprir certos requisitos para não mais operar no mercado, tais como: comprovar a transferência de carteira ou a inexistência de beneficiários, comprovar a quitação de suas obrigações com os prestadores de serviço e informar à ANS, beneficiários e prestadores de serviços sobre o encerramento. Os servidores da ANS, do Núcleo de Minas Gerais, ao verificarem *in loco*, apuraram que no endereço que seria a sede da ex-operadora, funcionava outra empresa, não havendo qualquer notícia acerca do paradeiro da ex-operadora ou seus administradores.



Por outro giro, não havia autorização para funcionamento da MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA no Estado da Bahia, o que viola o artigo 8º, inciso VII da Lei nº 9656/98, que determina que a operadora de plano de saúde deve informar sua área de abrangência geográfica, que no presente inquérito, era o Estado de Minas Gerais.

Fora da esfera da Lei 9.656/98, constatamos a existência de indícios de práticas de outras irregularidades, que passamos a comentar.

Com a decretação da falência da ex-operadora, temos a possível ocorrência do crime falimentar tipificado no artigo 178 da Lei nº 11.101/2005, bem como a prática do crime contra o sistema financeiro, previsto no artigo 12 da Lei nº 7492/1986, tendo em vista a não localização e não apresentação dos seus livros contábeis, como relatado pela Liquidante Extrajudicial.

Esclarecemos que o crime falimentar é pluriofensivo, porque há ofensa a vários bens tutelados: o patrimônio dos credores, o crédito, a fé pública, o comércio, a economia, o tratamento isonômico dos credores, a liquidação rápida e justa da massa ativa e o interesse da Administração da Justiça.

O referido artigo 178 da Lei 11.101/2005 trata da omissão de documentos contábeis obrigatórios, a qual *'consiste em deixar de elaborar, escriturar ou autenticar, antes ou depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar o plano de recuperação extrajudicial, os documentos obrigatórios da escrituração contábil da empresa'*.

Além disso, a considerar a natureza das operadoras de planos de saúde, haveria indícios de cometimento do crime contra o Sistema Financeiro Nacional, previsto no artigo 12 da Lei n. 7.492/86, qual seja, omissão contábil, já que não foram apresentados os livros obrigatórios.

Em razão disso, deve este relatório ser encaminhado ao Ministério Público do Estado da Bahia, para que, caso entenda necessário, abra a devida investigação para apuração da (in)existência das referidas infrações penais.

Enfim, estes foram os indícios de irregularidades apurados durante o desenvolvimento dos trabalhos. Insta ressaltar que não temos ciência se todos estes fatos foram ou não motivo de representação anterior junto ao Ministério Público.

V - DAS RESPONSABILIDADES

Inicialmente, urge um estudo pormenorizado da previsão quanto à responsabilidade dos administradores, prevista nos artigos 24-A, § 6º e 26 da Lei 9.656/98.

Estabelece o art. 24-A, *in litteris*:

“Os administradores das operadoras de planos privados de assistência à saúde em regime de direção fiscal ou liquidação extrajudicial, independentemente da natureza jurídica da operadora, ficarão com todos os seus bens indisponíveis, não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até apuração e liquidação final de suas responsabilidades.”

.....§6º. Os administradores de operadoras de planos privados de assistência à saúde respondem solidariamente pelas obrigações por eles assumidas durante sua gestão até o montante dos prejuízos causados, independentemente do nexo de causalidade.” (grifo nosso)

Este dispositivo normatiza a responsabilidade civil objetiva dos administradores das operadoras de planos de saúde pelas obrigações assumidas durante as suas gestões.

Nota-se que é objetiva, visto que independe de dolo ou culpa para se configurar, uma vez que respondem pelos prejuízos das obrigações que assumiram. Muito embora a lei fale em “*independente de nexo de causalidade*”, parece que o melhor entendimento se refere à independência de culpa (do Direito Civil: ato ilícito), visto que, caso houvesse uma interpretação literal, concluir-se-ia que se trata de responsabilidade pelo risco integral, o que seria ainda mais gravoso para os agentes.

Já a referência legal a “administradores” tem o fulcro de responsabilizar objetivamente, tão somente, aquelas pessoas eleitas pela assembléia geral da sociedade, ou estipulada no contrato social, para ocuparem lugar de direção (*resctius*: são os diretores, membros do conselho de administração e os administradores, antigos sócios-gerentes).

Sendo a responsabilidade solidária, por força de lei, significa dizer que cada administrador é coobrigado pelas dívidas contraídas pela sociedade, tenham ou não participado pessoalmente do negócio que deu causa à obrigação. Essa responsabilidade, entretanto, não diz respeito a todo o passivo, mas sim a apenas àquele apurado durante a sua gestão.

De mais a mais, essa responsabilidade é de natureza subsidiária, uma vez que, pelas obrigações assumidas responde, primeiramente, a própria sociedade devedora com o seu patrimônio. Na insuficiência deste, portanto, é que se deve recorrer ao patrimônio particular dos administradores, “até que se cumpram” as obrigações assumidas, como diz o dispositivo legal.

Assim, respondem pela regra do §6º, do art. 24-A da Lei nº 9.656/98, os administradores atuais e os que estiveram no exercício de suas funções nos 12 meses anteriores ao ato de decretação da liquidação extrajudicial ou de direção fiscal, assim como os administradores antigos (aqueles que estiveram nos exercício de suas funções nos anos anteriores aos 12 meses que antecederam a data de decretação da Liquidação Extrajudicial/Direção Fiscal) pelas obrigações assumidas durante suas gestões e no limite dos prejuízos atribuídos a cada um, até que a obrigação se prescreva.

Essa modalidade de responsabilidade civil é disciplinada pelo art. 26, da Lei 9656/98, nos seguintes termos:

“Os administradores e membros dos conselhos administrativos, deliberativos, consultivos, fiscais e assemelhados das operadoras de que trata a Lei respondem solidariamente pelos prejuízos causados a terceiros, inclusive aos acionistas, cotistas, cooperados e consumidores de planos privados de assistência à saúde, conforme o caso, em consequência do descumprimento de leis, normas e instruções referentes às operadoras previstas na legislação e, em especial, pela falta de constituição e cobertura das garantias obrigatórias.”.

O referido dispositivo tem que ser analisado para fins de interpretação e aplicação juntamente com o art. 39² da Lei 6024/74, que regula semelhante matéria no mercado financeiro e, que, inclusive, se aplica subsidiariamente, conforme citado, de maneira que todas as ilações alvitadas acerca desta última norma devem ser consideradas na interpretação e aplicação do citado art. 26. Assim, depreende-se que eles respondem pela prática de ato ilícito civil.

É imperioso destacarmos que a MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA teve sua Liquidação Extrajudicial decretada através da Resolução Operacional nº 1736, de 5 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 8 de dezembro de 2014 (fls. 163), razão pela qual este inquérito administrativo verificará a responsabilidade de todos

² Art. 39 Os administradores e membros do Conselho Fiscal de instituições financeiras responderão, qualquer tempo salvo prescrição extintiva, pelos que tiverem praticado ou omissões em que houverem incorrido.

os ex-administradores da empresa desde dezembro de 2009, isto é, daqueles que administravam a ex-operadora durante os cinco anos que antecederam à decretação da Liquidação Extrajudicial.

Destarte, tendo em vista o quadro societário da ex-operadora e com base no marco supracitado, devemos analisar a responsabilidade das pessoas abaixo qualificadas. Ressalte-se que esta, durante os 05 (cinco) anos que antecederam a decretação da sua Liquidação Extrajudicial, possuiu 2 (dois) administradores:

- a) Ronaldo Garcia da Rocha (CPF nº 014.515.287-10),
- b) Weudes Soares de Vasconcelos (CPF n.º 014.658.896-71).

Ressalta-se, que foi mencionado ao longo do presente Relatório, a existência dos Srs. Edeval Silva Moretti e Bruno Silva Moretti, que seriam, segundo informações de ex-funcionária, os reais gestores da ex-operadora. Todavia, não há elementos suficientes para a afirmarmos que eles eram ex-administradores, razão pela qual, não foram incluídos no rol de responsáveis.

Do mesmo modo, não há documentos para verificarmos a possível formação de grupo econômico e confusão patrimonial entre a ex-operadora e a Master Pax Cobrança e Manutenção de Plano de Assistência Familiar Ltda.

Pois bem, de acordo com os documentos societários da ex-operadora, objetos de análise da Nota nº 10/2015/COINQ/SEGER/DICOL (fls. 154 a 156) coube às pessoas supracitadas a administração da MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA nos cinco anos que antecederam sua Liquidação Extrajudicial.

Deve ser lembrado que em razão dos regimes especiais aos quais a ex-operadora foi submetida, foram enviados ofícios a diversos órgãos solicitando o registro da indisponibilidade de bens dos citados ex-administradores. Contudo, não foram encontrados bens pertencentes aos mesmos.

Desta forma, creditamos aos senhores Ronaldo Garcia da Rocha (CPF nº 014.515.287-10), e Weudes Soares de Vasconcelos (CPF n.º 014.658.896-71) a responsabilidade pela administração da MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.

VI - DAS ALEGAÇÕES FINAIS

Conforme disposto no item “I - Do Histórico do Inquérito Administrativo”, notificou-se, para alegações finais, os senhores Ronaldo Garcia da Rocha (CPF nº 014.515.287-10), e Weudes Soares de Vasconcelos (CPF n.º 014.658.896-71), ex-sócios da ex-operadora MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA, através do Diário Oficial da União de 26 de abril de 2016 (fl. 530). Todavia, não houve qualquer manifestação dos ex-administradores da ex-operadora.

Assim, tendo em vista a responsabilidade objetiva que recai sobre os ex-administradores e diante a ausência de defesa, ainda que tenha lhes sido oportunizado o contraditório, conclui-se pela responsabilização dos mesmos.

É importante salientarmos que a Falência da MATER PAX SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA não decorreu simplesmente de fatores de mercado alheios à vontade dos ex-administradores. A leitura das passagens sobre as causas de insolvência e sobre as irregularidades deste Relatório demonstram que a “quebra” da ex-operadora se deu por uma gama de fatores, dentre esses a má-administração da mesma, mormente: não cumprimento da RN nº 85/04, para efetuar o seu registro definitivo de funcionamento, ausência de contabilidade e de livros fiscais, inexistência de ativos garantidores e ausência de envio de informações para a ANS.

Por todo o exposto, concluímos que há responsabilidade objetiva dos ex-administradores da ex-operadora, em razão do disposto no art. 26, da Lei 9656/98.

VII - DAS CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES

Desta forma, levando-se em consideração o conteúdo deste relatório, bem como o anteriormente mencionado Relatório Preliminar de fls. 523 a 529, alcançamos as seguintes conclusões:

- a) Que a ex-operadora, na data da Liquidação Extrajudicial, apresentava Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 5.109.442,28 (cinco milhões cento e nove mil quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e oito centavos), sendo

atualizado, em janeiro de 2016, para R\$ 5.428.080,80 (cinco milhões quatrocentos e vinte e oito mil e oitenta reais e oitenta centavos);

- b) Que a principal causa para a decretação da Liquidação Extrajudicial e, por conseguinte, falência da ex-operadora foi a má administração da sociedade por parte dos seus ex-administradores, especificando-se: não cumprimento da RN nº 85/04, para efetuar o seu registro definitivo de funcionamento, ausência de contabilidade e de livros fiscais, inexistência de ativos garantidores e ausência de envio de informações para a ANS;
- c) Que as infrações cometidas pelos ex-administradores violaram as seguintes Leis e Resoluções Normativas:
- Artigo 20 da Lei nº 9.656/98, em razão do não envio das informações periódicas à ANS;
 - Artigo 8º, § 3º da Lei nº 9.656/98, pelo encerramento irregular as atividades no Estado de Minas Gerais;
 - Artigo 8º, inciso VII da Lei nº 9.656/98, por especificar área de abrangência geográfica para seu funcionamento, diferente de onde atuava;
 - Artigo 178 da Lei nº 11.101/05 e artigo 12 da Lei nº 7.492/86, devido a ausência de livros contábeis obrigatórios;
 - Resolução Normativa nº 209/09, por não possuir ativos garantidores e patrimônio líquido em montantes suficientes, como determinado pelo ente regulador;
 - Resolução Normativa nº 85/04, por não ter cumprido as determinações para efetuar seu registro definitivo de funcionamento, perante a ANS.
- d) Que devem ser responsabilizados pela administração da ex-operadora, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à decretação da Liquidação Extrajudicial, os senhores Ronaldo Garcia da Rocha (CPF nº 014.515.287-10), e Weudes Soares de Vasconcelos (CPF nº 014.658.896-71).

Por fim, fazemos as seguintes proposições:

- 1) Encaminhar este inquérito administrativo para o Ministério Público do Estado da Bahia, em Salvador, para que possa tomar as medidas que porventura entender cabíveis;
- 2) Encaminhar este relatório para apreciação e aprovação do Coordenador da COINQ e do Secretário-Geral e, posteriormente, para apreciação da Diretoria Colegiada da ANS;

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016.

Encaminho os autos para o Coordenador da COINQ.

Juliana Venâncio de Souza Valle
JULIANA VENÂNCIO DE SOUZA VALLE
Técnica de Complexidade Intelectual – Direito

De acordo. Encaminho os autos para o Secretário Geral em 03/06/2016.

Carlos Gustavo Lopes da Silva
CARLOS GUSTAVO LOPES DA SILVA
Coordenador – COINQ

De acordo. Encaminho os autos para apreciação da Diretoria Colegiada em 06/06/2016.

Suriêtte Apolinário dos Santos
SURIÊTTE APOLINÁRIO DOS SANTOS
Secretário-Geral

